

PARTICIPAÇÃO JUVENIL: POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO EM GRUPOS

Deane Taiara Soares Honório ¹
Viviane dos Santos Carvalho ²

RESUMO

Este trabalho discute sobre a juventude camponesa residente em Porto da Serra- Glória, Ba, e estudantes do Centro Educacional Adelino Mártir de São José Ferreira, quanto às suas participações em grupos e acessos às políticas públicas, sendo estes sujeitos da pesquisa de Iniciação científica que teve como objetivo identificar as políticas públicas de juventude conhecidas e acessadas por eles. A metodologia utilizada foi: pesquisa participante, com abordagem qualitativa, fazendo uso das técnicas da entrevista semiestruturada, questionário semiaberto, observação participante e análise documental. Por muito tempo a categoria juvenil foi vista apenas pelo foco de transição da infância para a vida adulta, ou por seus fatores físicos e biológicos. No entanto, com os estudos sobre o tema se aprofundando e com as mobilizações dos próprios jovens, esse olhar vem se modificando e atualmente tem sido fundamental analisá-los como sujeitos donos de características singulares, que possuem suas próprias especificidades, não existindo uma única identidade jovem, mas várias. Pode-se concluir que a juventude participante deste estudo não compreende sobre políticas públicas, quando se tratou especificamente de direitos puderam relatar suas angústias, a falta de acesso, e atenção às suas especificidades. Em relação ao envolvimento em organizações de cunho político, a maioria não participa, e os que participam geralmente estão ligados a grupos religiosos e/ou esportivos.

Palavras-chave: Participação em Grupos, Políticas Públicas, Juventude do Campo.

INTRODUÇÃO

O processo de visibilidade sociopolítica das juventudes brasileiras percorreu caminhos de lutas, dos movimentos estudantis, dos sindicatos, dos professores (as), pesquisadores (as) da temática e várias outras organizações, que compreendem a categoria juvenil como parte significativa da sociedade e que possui particularidades desafiadoras e promissoras de uma mudança no comportamento econômico e social da população. Apesar da história relatar que para muitos o perfil jovem se configura como grupo gerador de problemas e conflitos, entende-se que as juventudes são plurais, pois há muitas diferenças que as compõem, questões como: etnia, cultura, classe, gênero etc. Tendo em vista as diferenças, há também as similaridades, o desejo por transformação, a coragem de enfrentar os desafios, a necessidade de acesso à educação escolar, profissional, ao trabalho, ao lazer e tanto outros direitos sociais que por muito tempo foram omitidos. A partir daí, emerge a demanda de fazer uma discussão sobre políticas públicas direcionadas para as diversas juventudes brasileiras, de modo a favorecer que a voz

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB VIII, deane_taiara@hotmail.com;

² Professora orientadora: Ma. Viviane dos Santos Carvalho, docente da UNEB VIII, vivres76@hotmail.com.

silenciada desses sujeitos sejam ouvidas, e contribuir para que a sociedade perceba que a cada dia eles estão “acordando” e se mobilizando, reivindicando direitos que foram conquistados por meio dos movimentos sociais juvenis. As políticas Públicas são ações, programas e projetos promovidos pelo Estado e destinados às pessoas de uma nação para atender às suas demandas.

A juventude do campo de 15 a 29 anos, segundo dados do Diagnóstico da Juventude Rural (2018), é composta por 7.117.000 pessoas, equivalente a 14,7% da população total de jovens do Brasil, que é de 48.343.000 (23,6% da população brasileira). Observa-se que os jovens representam um número significativo em relação à população brasileira; e os jovens do campo vem resistindo às pressões para que saiam de suas terras e migrem para outros territórios, como conta a história do povo camponês. Além de possuírem suas especificidades, ressalta-se, assim, a importância de um olhar mais atencioso para essa parcela dos jovens brasileiros que querem continuar e ainda estão no campo, o que significa uma urgência em se colocar em pauta discussões a respeito de como estão sendo feitas as políticas públicas voltadas para esse grupo sociocultural e quais as principais demandas que emergem de suas necessidades.

Este trabalho tem como objetivo discutir a participação juvenil em grupos, sejam eles políticos, esportivos, estudantis, religiosos ou outros, bem como o acesso às políticas de juventude. Trata-se de um recorte de um trabalho monográfico advindo de uma pesquisa de iniciação científica³, que teve como objetivo geral conhecer a realidade de vida dos jovens do campo, na busca de compreender que políticas públicas são acessadas ou conhecidas por eles. A seguir serão apresentados a metodologia que subsidiou essa pesquisa, a fundamentação teórica, discutindo os conceitos de políticas públicas e a importância da participação da juventude camponesa em grupos. Logo após, far-se-á uma discussão e reflexão a respeito das informações encontradas em campo, que estão correlacionadas com a temática deste estudo. Por fim as principais considerações a que se chegou sobre os objetivos.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo aconteceu entre agosto de 2018 a julho de 2019, fundamentada na pesquisa participante, que, segundo Brandão (1999), é o tipo de pesquisa que encoraja os sujeitos envolvidos no projeto a serem agentes de transformação da realidade em que vivem, e a serem produtores de conhecimentos, fazer dos seus saberes um instrumento de superação das suas carências. Realizaram-se encontros com os agentes da pesquisa, a professora orientadora, a discente bolsista e os jovens sujeitos da pesquisa. Nesses encontros foram discutidos os

³ A autora foi bolsista do Programa de Iniciação Científica (PICIN), da UNEB VIII, no ano de 2018/2019.

objetivos da pesquisa, a importância da categoria ao qual fazem parte, sobre as políticas públicas conhecidas e acessadas por eles, suas expectativas de vida, problemáticas enfrentadas e outros. Fez-se, para isso, uso da observação participante, entrevista semiestruturada, questionário semiaberto e análise de documentos.

A pesquisa foi realizada na Comunidade de Porto da Serra, no Município de Glória, Ba, que faz vizinhança com Paulo Afonso, Ba, onde se localiza o Campus VIII da UNEB. Além disso, também foi locus de pesquisa o Centro Educacional Adelino Mártir de São José Ferreira (CEAF), localizado na sede do Município de Glória, Ba. Na Comunidade de Porto da Serra foram entrevistados 6 jovens pescadores, possuindo 20, 22, 25, 26, 27 e 28 anos de idade, sendo considerados da parcela mais velha dos jovens. E no CEAF, foram feitos questionários com os estudantes dos 8º e 9º anos do ensino fundamental II, possuindo entre 13 e 18 anos, considerados da parcela mais nova dos jovens. O questionário foi realizado em duas etapas, a primeira se deu com 14 estudantes, para verificação da clareza das questões, e a segunda etapa com 50 estudantes. Para identificação dos entrevistados, usaram-se as numerações “1”, “2”, “3”, “4”, “5” e “6”, conforme a quantidade de jovens que participaram da entrevista, para a preservação de suas identidades. Todos os participantes assinaram o termo de Consentimento Livre Esclarecido, e os menores de idade foram autorizados pelos responsáveis.

CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ORGANIZAÇÃO EM GRUPOS POLÍTICOS DA JUVENTUDE CAMPONESA

O termo Política foi bastante utilizado por Aristóteles e por meio de seus escritos as definições foram se popularizando. Política originou-se do grego *pólis* que tem a ver com coisas referentes a cidade e ao cidadão, e assim ficou estabelecido durante algum tempo. O substantivo passou por mudanças e reestruturação de seus significados, ganhando uma nova roupagem, ficando conhecido como ‘ciência do estado’, ‘doutrina do estado’, ‘ciência política’, ‘filosofia política’ e outros. Pode-se afirmar, segundo Bobbio (2000), que depois de passar por essas mudanças, na atualidade, a palavra Política já traz em si o significado de ações e processos oriundos do Estado. O conceito de política estabelece-se a partir do seu próprio desempenho e/ou função, uma vez que Bobbio (2000) permite compreender a política em certo momento enquanto o Estado agindo na sua função típica, de governar para todos (as), atos aplicáveis a todas as pessoas da sociedade, com o poder de tomar decisões, de agir sobre determinadas coisas, que dita regras e princípios, e depois como algo material, possível de ser usado, que possui a capacidade de construir, realizar, a favor ou contra o Estado. Configura-se então uma terminologia de política relacionada com as atuações dos indivíduos e com o poder. Por isso, é

interessante conhecer a definição de poder e poder político, ou seja, poder é tudo aquilo que se é feito para alcançar algum propósito, já o poder político é aquele exercido por um sujeito sobre outro (BOBBIO, 2000).

Por isso, as políticas públicas são necessárias dentro de um sistema de governo democrático, já que é o meio pelo qual a sociedade deve participar, elencando suas reais carências, enquanto o Estado, por meio da efetivação da Constituição Federal e demais leis, a exemplo do Estatuto da Juventude, deve criar políticas sociais para beneficiar e solucionar problemas da população. Com esse entendimento, surgem os movimentos a favor da juventude brasileira e da criação de políticas públicas específicas para essa categoria social, pois, com a atual conjuntura política brasileira, as organizações juvenis têm se modificado.

Por sua vez, o território integra a discussão como espaço de incertezas e de lutas. É no território que a sociedade luta e confronta os ambientes racionalizados, acreditando que a existência de embates nesses lugares favorece a divergência de sentidos para a vivência social. Nesse sentido, dá-se a importância de entender o território para também compreender a juventude organizada politicamente. Os jovens do campo vivenciam dia a dia o processo conhecido como “desterritorialização” e “reterritorialização”, em que saem dos seus territórios de origem em busca de melhores condições de trabalho, educação, lazer, saúde etc., e acabam formando novas culturas em um novo local. Ou novas identidades culturais são integradas às de origem, formam-se outras culturas no seu território (CARVALHO, 2016). É preciso reafirmar o pertencimento dos jovens a suas realidades, para que sintam o desejo e o prazer de viverem no campo e do campo. E, embora queiram sair desse território, que o façam sem desvalorizar sua identidade sociocultural, não se sentindo inferior pela sua origem. Diante disso, se utilizem da educação para a aquisição do conhecimento e para a politização, o empoderamento e o aperfeiçoamento de suas vidas, de seu trabalho, de seus territórios.

A juventude camponesa passa a ganhar espaço nas discussões das políticas públicas a partir dos organismos internacionais. Iniciou-se na América Latina, Europa e Estados Unidos nos fins do século XIX, depois da segunda guerra mundial com as transformações das indústrias. Em 1968 iniciou o Movimento de Contracultura, liderado pela juventude mundial, que lutou contra a hegemonia que lhe roubava o direito de ser autêntica e assumir suas identidades, e esse novo ideário também é lançado no Brasil (SILVA e JARDIM, 2019). Por muito tempo a categoria juvenil foi vista apenas pelo foco de transição da infância para a vida adulta, ou por seus fatores físicos e biológicos, no entanto, com os estudos sobre o tema se aprofundando e com as mobilizações dos próprios jovens, esse olhar vem se modificando e atualmente tem sido fundamental analisá-los como sujeitos donos de características singulares,



que possuem suas próprias especificidades, não existindo uma única identidade jovem, mas várias (SILVA e JARDIM, 2019).

As organizações de juventude aparecem em grande número e em diferentes seguimentos no Brasil, sendo estas ligadas aos Movimentos Sociais do Campo e da Cidade, aos Sindicatos da classe trabalhadora rural e urbana. Historicamente a juventude está inserida e presente nos processos políticos de articulação e desenvolvimento destas organizações (SILVA e JARDIM, 2019, p.4).

Desta forma, fica nítido que um dos aspectos das juventudes é a mobilização, a articulação em grupos, a luta política. É importante que os próprios jovens possuam essa consciência, e do poder que têm quando estão unidos em prol de um determinado objetivo, pois, foi desta maneira que já conquistaram muitos direitos. A história de formação da Juventude Rural organizada se inicia nos movimentos religiosos. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começou a dar orientações para que os grupos como: Ação Católica Rural (ACR), A Juventude Agrária Católica (JAC) e a Liga Agrária Católica (LAC) fossem contra as Ligas Camponesas Pernambucanas, que exerciam atividades no Nordeste, em prol da Reforma Agrária. Em 1969-1974, mais de cem jovens do meio rural foram torturadas por suas ações políticas, a JAC definiu que sua função era unir a população mais pobre do campo, no entanto, o grupo acabou sendo desfeito por receio a coibição e falta de amparo eclesial. Diante disso, tiveram que atuar em outros movimentos, então, criaram em 1975, no Paraná, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOR), (SILVA e JARDIM, 2019).

Em 1970, os Bispos e os assessores passam a contribuir com o movimento jovem e articulam a Pastoral da Juventude Geral, o que mais tarde, em 1973, no Rio de Janeiro, passa a ser chamada de Pastoral Juventude (PJ). Dez anos depois, em 1983, no estado de Pernambuco, foi criada a Pastoral da Juventude do Meio Rural Popular (PJMP-R), com a intenção de discutir as problemáticas enfrentadas no meio em que viviam. O que favoreceu a criação da PJMP-R foi o I Encontro Nacional, realizado pela Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), em 1979. Dessa forma, a juventude camponesa mostrou sua capacidade de se articular politicamente. De fato, a juventude tem a força de provocar mudanças e resistir diante das adversidades. Existe um grupo organizado de jovens, intitulado de Coletivo de Juventude Nacional da Via Campesina, para além dos conhecidos Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), e outros, sendo que nestes grupos também existe a participação de jovens articulados, tanto nos estados quanto nacionalmente. A juventude também está presente nos movimentos sindicais, atuando em secretarias específicas como na Confederação dos



Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores Familiar (FETRAF). Outro grupo que discute politicamente a Juventude Rural no Nordeste é a Rede de Jovens no Nordeste (RJNE), criado em 1998 (SILVA e JARDIM, 2019).

Essa Juventude precisou se rearticular e se recompor diante das novas tendências políticas, no sentido de não perderem o foco, de continuarem na luta por melhorias no território rural, já que no atual cenário pós-contemporâneo emergiram novas necessidades e modelos nos contextos econômico, político e social. De acordo com Mansan (2008) *apud* Silva e Jardim (2019), os jovens Camponeses passam a se reinventar, dentro do grupo da família camponesa, das militâncias e demais grupos de pessoas da sociedade civil e política, sendo eles os mais atuantes e que têm protagonizado embates e conquistas, construindo significativas formas de entender o novo. Com isso, é imprescindível perceber que as juventudes irão agir de maneira diferenciada de acordo com o momento histórico em que estejam vivenciando, pois estão a todo momento se reinventando, apesar dos aspectos comuns que as unificam.

DISCUSSÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

As Juventudes brasileiras percorreram um grande caminho até alcançarem o reconhecimento como sujeitos de direitos. Categoria de pessoas que possuem especificidades e necessitam de valorização e subsídios por parte da sociedade como um todo e em especial do governo. Existem atualmente algumas políticas de juventude voltadas para a educação, o trabalho, a saúde, o lazer e outros. No entanto, muitas dessas políticas são sequer conhecidas pela população jovem e muito menos acessadas. Os Jovens sujeitos participantes da pesquisa em questão não conhecem a respeito dos seus direitos e nem os acessam. Durante a pesquisa, foram levantadas algumas indagações para compreender o funcionamento desses direitos na vida prática desses jovens. Em relação à participação dos sujeitos entrevistados em grupos, tipo artístico, esportivo, político, religioso em Porto da Serra, constatou-se que 50% deles estão envolvidos em grupos religiosos e esportivos e os outros 50% não participam de nenhum tipo.

Não... eu não... eu sou uma cara assim... embora que eu sou um cara até mais caseiro assim posso dizer, né? que eu vivo mais em casa... até porque eu tenho filho, entendeu? a gente que tem filho... tem esposa e tem filho a gente tem que tentar... tem que dá uma atenção maior, né? pra quem... pra quem tá junto com a gente, né? aí tenho filho pequeno, as vezes a esposa sai tenho que tomar de conta, entendeu? tenho que ficar com a criança... aí é por isso que eu sou mais e assim posso dizer caseiro...(ENTREVISTADO “1”, 2018).

Não... só o terço dos homens (ENTREVISTADO “5”, 2018).

Não... grupo esportivo não... artístico não... só religioso... só o da igreja mesmo (ENTREVISTADO “6”, 2018).

O entrevistado “1” justificou sua não participação em grupos pelo fato de ser casado e por preferir ficar mais em casa, para dar maior assistência à família. Afirmou também que ajuda a esposa com o filho pequeno; quando ela precisa sair, fica com a criança e por isso se considera uma pessoa mais caseira, não gosta de sair sem a família e nem participar de grupos nesse sentido. Já entrevistado “4” participa tanto de grupo religioso quanto de grupo esportivo. Os demais, “5” e “6” participam apenas de grupo religioso, que é o terço dos homens. Em relação aos 50 estudantes do 8º e 9º anos, que participaram do questionário no CEAF, que são a categoria mais nova dos jovens; participam, uma parcela dos jovens, de grupo religioso e esportivo, e a grande maioria não participa de grupo algum. Dos 50 jovens que participaram do questionário: 18 (36%) dos sujeitos participam de grupos de cunho religioso, 4 (8%) de grupo esportivo, 2 (4%) de algum outro tipo, restando 26 (52%) sujeitos que não participam de nenhum.

Como foi possível perceber, esses jovens estão mais envolvidos em grupos religiosos, tantos os da escola CEAF, quanto os de Porto da Serra, o que possibilita inferir que, para além do fato religioso pesar bastante na vida da juventude brasileira, existe a falta de referência e oportunidade em outros grupos juvenis. Muitas vezes, a única oferta presente naqueles ambientes está voltada à prática religiosa, como expõe Carvalho (2016), em sua pesquisa, “há escassez de atividades nesta perspectiva no Brasil, muitos jovens buscam refúgio na religião para atender suas necessidades de socialização e de desenvolvimento psicossocial” (p.152). Embora se referindo ao lazer, esta fala contempla a concepção aqui abordada, pois sua interpretação trata sobre espaços de sociabilidade, onde os jovens se reúnem para realizar algum tipo de atividade; desta forma, também pode-se fazer relação com os demais grupos juvenis.

Os motivos são os mais variados, como é possível perceber, além de questões pessoais como colocou o entrevistado “1”, citado anteriormente, existem questões de identidades com tais grupos, como nos casos dos jovens que estão envolvidos com a religião e esporte e os que não estão. Considera-se essa questão importante, pelo fato de que estar participando de grupos, independente de qual tipo seja, proporciona mais responsabilidade do coletivo, das lutas, da valorização de hábitos e costumes específicos. No entanto, a não participação em grupos de cunho político afasta mais o jovem da consciência de si, de seus direitos e o impede de ir além. É o que tem acontecido com os sujeitos desta pesquisa: os grupos que eles estão inseridos contribuem apenas para as questões das crenças, no caso religioso e de afastar os jovens das drogas, violência e incluí-lo socialmente, no caso do esporte também. Mas esses sujeitos não estão envolvidos em movimentos de jovens, não participam de sindicatos, de colônias, de

associações ou grêmios, centros estudantis e isso tem influenciado negativamente no empoderamento sociopolítico e identitário como sujeitos de direitos, com seus territórios de origem, no conhecimento e acesso de seus direitos. Como Mesquita (2009) afirma, os diversos grupos juvenis, que se deslocaram dos grupos estudantis, contribuem para tornar o sujeito mais ativo politicamente, com mais condições de tomar decisões, de se posicionar e resolver conflitos. A respeito das políticas públicas, projetos ou ações para a Juventude de Porto da Serra, os 6 (100%) dos sujeitos entrevistados não conhecem e nem acessam nenhuma.

Olha aqui... acho que aqui num tem nenhum porque aqui como a gente mora em região né? Mais interior né? Interior das cidade a gente já mora numa região considerada é... pode se dizer assim... uma região é... sem assistência quase pra essas coisas, entendeu? No caso Glória é uma cidade pequena, aí já vêm os povoados, já fica mais difícil acessar... ter acesso a esses tipos de programa entendeu? (ENTREVISTADO "1").

Tem muitos... aqui se a pessoa for vê, né? Tem bastante aqui... o jovem praticamente de hoje tem direito a bastante coisa e num tá tendo nada, né?! [...] não conheço... não assim... mas sei que tem mais num conheço, né? Assim por... já por falta de informações desses recursos que num tem, né?! (ENTREVISTADO "2").

O entrevistado "1" afirmou que, por morar em uma região localizada no interior, não recebem quase nenhuma assistência do governo, e relacionado aos direitos dos jovens, não recebem nada. Já o entrevistado "2" disse que sabe que os jovens hoje em dia possuem muitos direitos, mas que ele não os conhece por falta de informação e que em Porto da Serra eles não acessam nenhum. Os entrevistados "3", "4", "5" e "6" também afirmaram que não conhecem nenhuma política de juventude. Por residirem em perímetro rural, os jovens de Porto da Serra acreditam que isso é o que dificulta o acesso aos seus direitos, como já citado pelo o entrevistado "1" anteriormente, mas essa não deveria ser uma justificativa plausível de ser considerada, afinal as juventudes são diversas e têm seus direitos resguardados pela Constituição Federal (1988) e pelo Estatuto da Juventude (2013) e os órgãos competentes deveriam promover medidas que contribuíssem para que as diversas juventudes espalhadas pelo Brasil não só tivessem conhecimento desses direitos como pudessem acessar os seus mecanismos de uso. A esse respeito Silva (2013) expõe que existem algumas fases do ciclo de uma política pública, sendo estas a "formação da agenda do governo, elaboração, implementação e avaliação" (p.67). Mas, apesar disso, na prática há uma incongruência entre a jurisprudência e a sua conclusão, pois há problemáticas relacionadas ao processo de implementação. Sobre os direitos que o estatuto aborda, são 48 artigos, tratando de diversos temas relacionados à vida das juventudes e orientando para a formação de outras políticas. Essa lei é um avanço para esse grupo geracional, pois tem o poder de garantir e legitimar os direitos desses sujeitos.

Com esses jovens pescadores de Porto da Serra tem acontecido da mesma forma, eles sabem que os direitos existem, mas não os conhecem, e o pouco que conhecem não os permite avançar em questões básicas do dia a dia de qualquer pessoa. Em relação a melhores recursos para o aprimoramento de sua pesca, de sua educação, de seu lazer e de outros fatores que deveriam ser promovidos por meio de políticas eficazes. São poucas as políticas destinadas aos jovens do campo, desde que passaram a vigiar os olhares para os jovens e o jovem camponês, algumas estratégias têm sido criadas pensando em atendê-los; no entanto, ainda falta um processo de escuta das opiniões desses sujeitos, espaços de socialização do conhecimento, para que tenham oportunidades de aprender mais sobre si próprios e o resto do mundo.

Tem-se algumas políticas voltadas especificamente para os jovens do campo, a título de exemplo, existe o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR), o Projovem Campo que é antigo saberes da terra, Formação Agroecológica e Cidadã, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec Campo/PR), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa Arca das Letras, Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e outros (BRASIL MAIS JOVEM, 2017). Já os estudantes da escola CEAF, a maior parte informou, por meio do questionário, que não conhece nenhum direito ou programa do governo para os jovens da comunidade em que vivem. De acordo com o questionário, 84%, que corresponde a 42 dos 50 (100%) estudantes do CEAF, que participaram do questionário, não conhecem as políticas de juventude. Apenas 12% conhecem alguma política, que equivale a 6 dos 50 estudantes, e 4% deles, 2 estudantes, não responderam.

Sobre as políticas públicas nacionais de juventude que eles conhecem ou já ouviram falar, dos 50 (100%) estudantes, apenas seis (12%) conhecem algum projeto ou ação voltados especificamente para os jovens, sendo que: 3 (6%) conhecem o NUCA (Núcleo de Cidadania dos Adolescentes), 1 (2%) Jovem Cidadão, 1 (2%) Mais Educação e 1(2%) III Conferência da Criança e do Adolescente. Essa posição é bastante preocupante, principalmente por se referir a parcela mais nova dos jovens, os que possuem entre 13 a 18 anos e ainda estão na escola, então pode-se considerá-los como jovens que estão concluindo o ensino fundamental II sem o entendimento necessário de seus direitos, que ficam à mercê das decisões tomadas por outras pessoas, para modificarem suas condições de vida ou suprirem suas necessidades.

Segundo Silva e Andrade (2009), a juventude tem sido discutida nacional e internacionalmente. Influenciados pela ONU, a agenda Juventude passa a compreender os jovens como sujeitos de direitos, que fazem parte de uma etapa da vida muito singular e importante para consolidação de uma sociedade justa, por isso é essencial que os jovens tenham

acesso às suas políticas, conheçam o processo histórico da formação e das lutas dos seus direitos. Ainda assim, o informe de 2005, sobre a Juventude Mundial, mostrou que esta não estava acessando e nem havia concretizado seus direitos sociais, culturais e econômicos. As Nações Unidas passaram a enfatizar que os poderes públicos deveriam intervir na saúde, educação e emprego, já que nesse informe constavam 88 milhões de jovens desempregados, 10 milhões com AIDS e 200 milhões sobrevivendo com 1 dólar americano por dia. Ou seja, 15 anos depois desse informe, percebe-se que no Nordeste Brasileiro, ainda há uma grande parcela dos jovens sem seus direitos efetivados (ONU, JUVENTUDE MUNDIAL, 2005).

Isso mostra que as informações e conhecimentos não estão sendo sistematizados, nem pelo sistema educacional e nem pelos órgãos governamentais. Não somente as informações, mas a implementação dessas políticas, de maneira que se consiga alcançar o maior número de pessoas, agregando todas e todos que são excluídos e marginalizados. Segundo relatou uma das estudantes do CEAF, em relação às políticas públicas conhecidas, ela fazia parte do NUCA, que é o Núcleo de Cidadania de Adolescentes, projeto que é desenvolvido em Glória, Ba, e que recebe mais adolescentes do que jovens. Não se obteve muita informação a respeito desse programa com os estudantes da escola CEAF, os poucos que informaram no questionário, em diálogos posteriores, souberam apenas dizer que o NUCA é um projeto para adolescentes que trata dos seus direitos. Em pesquisas na internet foram encontradas algumas informações sobre o que seria o NUCA⁴, mas esse tema não será aprofundado neste trabalho. Percebe-se que esse programa está mais direcionado para os adolescentes, mas, ainda assim, é um grupo que permite aos seus participantes um engajamento social e político, que insere o indivíduo nas reivindicações políticas juvenis desde cedo e os encoraja a irem adiante, mesmo com suas limitações.

Nesse sentido, é que se considera a escassez de grupos politizados para a juventude e das próprias políticas públicas, tanto na sede de Glória, Ba, quanto na Comunidade de Porto da Serra, que deveriam estar contribuindo para mudar esse cenário. Mas as que existem estão distantes de muitos Municípios e Comunidades brasileiras, sobretudo na Comunidade Porto da Serra e na sede do Município de Glória, Ba. Esse projeto NUCA é desenvolvido na sede do Município e não chega também às Comunidades que estão localizadas nas áreas rurais. Mais uma vez o território camponês fica excluído dos projetos. Assim os jovens participantes da

⁴ São grupos compostos por, no mínimo, 16 adolescentes que se organizam em rede, discutem questões importantes para o seu desenvolvimento, implementam ações e levam suas reivindicações à gestão pública municipal (UNICEF,2019).



pesquisa não possuem seus direitos promovidos e assegurados como deveriam ser. Com referência ao bolsa família, ao bolsa atleta, ao ID jovem, e a outros programas de assistência do governo, o mais conhecido e acessado pelos jovens sujeitos das entrevistas é o bolsa família.

Não... tem... tem... assistência do governo a gente tem algum... alguma coisa tem porque tem o bolsa família, né?![...] outra não... só o bolsa família... a ajuda que a gente tem hoje... hoje do governo, é essa ... (ENTREVISTADO “1”, 2018).

O entrevistado “1” conhece o bolsa família e faz uso do benefício. Dos estudantes da Escola CEAF, apenas 7 participam de algum programa de cunho específico para juventude, 15 deles participam do bolsa família e 28 deles nunca participaram e nem participam de nada. Todos os jovens pescadores e alguns do CEAF conhecem apenas o bolsa família e uma parte deles acessa o benefício, enquanto que a maioria do CEAF nunca participou de programa algum. No entanto, deve-se ressaltar que o bolsa família é um programa de transferência de renda, que está em vigor desde 2003, por meio da medida provisória 123, convertida na lei 10636/04. Ao se analisar o art. 1º do referido ato normativo, percebe-se que o Programa é uma junção e ampliação de programas que já existiam, mas que em dezembro de 2021 foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, pela lei 14.284/21. Desta forma, é um benefício para pessoas de baixa renda e não uma política específica de juventude, assim, ainda que alguns desses jovens façam uso do programa, não estão acessando diretamente um benefício para os jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Juventudes que foram sujeitos da pesquisa afirmaram conhecer pouco ou nenhuma política específica para os jovens do campo, e que não participam diretamente de grupos de cunho político, no entanto, alguns deles fazem parte de grupos religiosos e esportivos. Foi possível fazer uma interpretação a respeito da realidade de vida dos jovens da Comunidade de Porto da Serra e do Centro Educacional CEAF, localizados no município de Glória, Ba; e observou-se que pouco discutem sobre políticas públicas, mas muito se queixam sobre o que lhes falta, suas carências, dificuldades e problemáticas. Dessa forma, também se evidenciou que a inexistência de organização política os limita com a possibilidade de possuírem melhores recursos, que poderiam ter, para se articularem e reivindicarem com mais propriedade seus direitos. Com isso, a pesquisa pode contribuir, porque além dos encontros em que se discutiu superficialmente sobre políticas públicas, foi oferecido aos jovens um curso de políticas públicas de juventude, e a apresentação dos resultados finais da pesquisa de iniciação científica,



em que eles foram sujeitos participantes. Além disso, também foi proposto um retorno da equipe de pesquisa, em 2020, para a realização de uma formação sobre associação de moradores, que seria mais uma forma de apoiar a comunidade e lhes oferecer conhecimentos sistematizados, para que possam desenvolver na própria comunidade em que vivem seus aspectos econômicos e assim tenham uma vida com mais qualidade. No entanto, a proposta precisou ser postergada devido a pandemia do Covid-19, mas segue aberta para a realização em outra oportunidade, visto que ainda se mantém contato com um dos agentes da pesquisa que é morador da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Revista Brasil Mais Jovem**. Nº 1, agosto de 2017.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**: atos internacionais e normas correlatas. 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. 8 ed. São Paulo: **Brasiliense**, 1999.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2000.

CARVALHO, Viviane dos Santos. **Juventude do Campo e expectativa de vida**: um estudo na comunidade de Bacuriteua - Bragança/PA. Dissertação de mestrado. Orientadora: Georgina Kalife Negrão Cordeiro. Universidade Federal do Pará - Campus Bragança. Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia. Bragança, 2016.

MESQUITA. Identidade, Cultura e Política: Os movimentos Estudantis na contemporaneidade. Maceió: **Edufal**, 2009.

SILVA, Taciane Lais da; JARDIM, Fernanda Teixeira. Território de contingência política: a atuação da juventude organizada perante as tensões políticas da sociedade brasileira. **IX Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional**: Processos, políticas e transformações territoriais, 2019.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (orgs). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: **Ipea**, 2009. 303 p.

SILVA, Carlos Rafael da Silva. O modelo de gestão territorializada da política de educação escolar indígena no estado da Bahia. **Cadernos de Arte e Antropologia**. Criativa e protagonismo indígenas. Vol. 2, No 2, P.59-70, 2013.

BRASIL. **Diagnóstico Situacional e Diretrizes Para Políticas Públicas Para as Juventudes Rurais Brasileiras**. Secretaria de Governo da Presidência da República /Secretaria Nacional de Juventude em parceria com a Fundação Universitária José Bonifácio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.